

A13 830

USINA AIMORÉS RIO DOCE SERÁ ESCAVADO EM 12 QUILOMETROS

ES perde R\$ 2,5 milhões com desvio do Rio Doce

Barragem principal

Baixo Guandu não terá direito de faturar impostos e royalties por conta de leis federais

NILO TARDIN

COLATINA. O desvio de 12 quilômetros do Rio Doce, através de um canal de adução para movimentar as turbinas da Usina Hidrelétrica de Aimorés (UHA), vai retirar cerca de R\$ 2,5 milhões em tributos do Espírito Santo devido à posição da usina, que permitirá gerar energia em solo mineiro, em meados de agosto.

Sem direito de faturar sequer um centavo de impostos e royalties, a cidade de Baixo Guandu deixará de receber o equivalente a 53% da receita mensal, mesmo tendo à sua frente um dos maiores complexos energéticos do Brasil. Por

conta de leis federais, municípios fora de áreas alagadas dos reservatórios não são beneficiados pelo lucro das tarifas.

Não são apenas prejuízos econômicos que desagradam os dirigentes públicos, mas os danos sociais e ecológicos também preocupam líderes políticos, populares e ambientalistas capixabas. Já está tudo acertado para que os geradores da UHA entrem em operação em meados de agosto.

As linhas de transmissão estão ativadas para interligar os 330 megawatts (MW) de energia ao sistema nacional; força suficiente para atender o consumo de um milhão de habitantes do Norte capixaba e Leste de Minas Gerais.

O valor estimado das perdas financeiras foi feito pelo prefeito de Baixo Guandu, Lastênio Luiz Cardoso. A base de cálculo é o ICMS proveniente da Usina de Mascarenhas, que

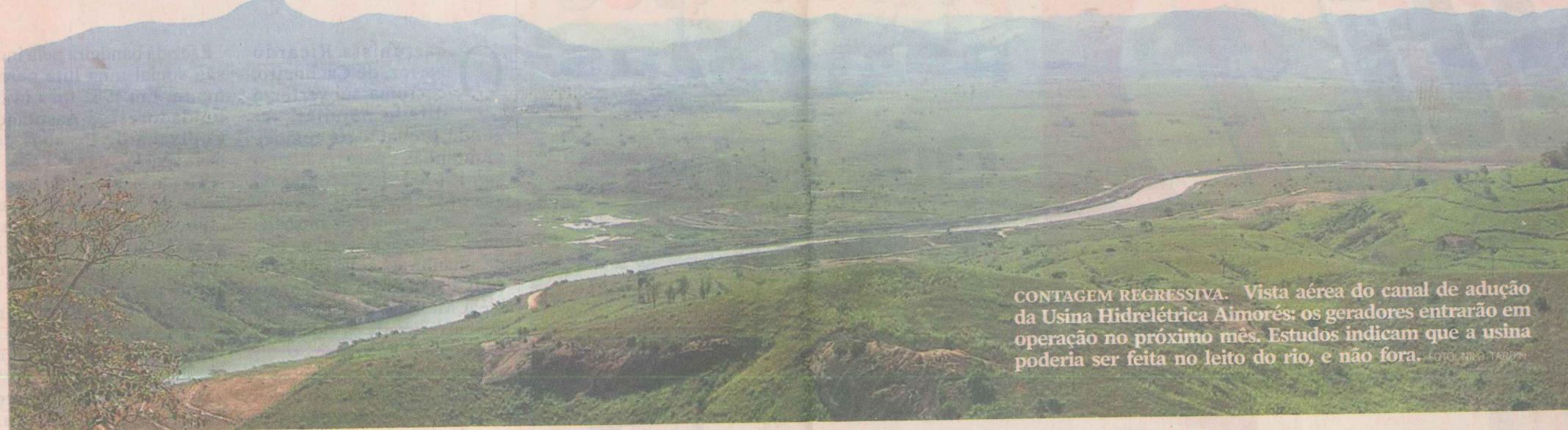
produz 100 MW aproximados de energia dentro do município. São repassados cerca de R\$ 800 mil mensais de impostos, sendo que a Hidrelétrica de Aimorés é três vezes maior que Mascarenhas. "Daí o cálculo de R\$ 2,5 milhões de perdas, sem contar estragos ambientais no leito do Rio Doce no trecho onde ficará sem correnteza", contou Lastênio.

Ele admite que o relacionamento com os diretores do Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés (CHA) é amistoso, mas não descarta a chance de exigir compensação pelos danos. "É preciso mudar as regras do jogo. A legislação é clara quanto à divisão de impostos da geração de energia. Fica no município produtor e acima da barragem. Ficamos no prejuízo". Segundo o prefeito, o consórcio patrocina algumas ações, como contribuição, "não de forma institucional".

Município já perdeu recursos por erro administrativo

Não é a primeira vez que Baixo Guandu se vê embaraçado por erros administrativos e legais no âmbito da produção de energia, revelou o presidente da Câmara de Baixo Guandu, Dary Pagung. O município perdeu cerca de R\$ 580 mil em tributos depois que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) trocou a fatia de tributos da produção de Mascarenhas. "De 2001 a 2003, Aimorés ficou com os 67% do valor pertencente a Baixo Guandu. A agência desfez o erro, contudo, não ressarciu o município. Corrigidos, os valores devem chegar à casa de R\$ 1 milhão. Eles erraram, agora mandam cobrar de Aimorés", disse Pagung.

■ Canal de Adução: É a captação de água do Rio Doce por meio do desvio que aumenta a vazão e a queda d'água que irá rodar as turbinas da Usina de Aimorés.



CONTAGEM REGRESSIVA: Vista aérea do canal de adução da Usina Hidrelétrica Aimorés: os geradores entrarão em operação no próximo mês. Estudos indicam que a usina poderia ser feita no leito do rio, e não fora. FOTO: NILO TARDIN

Modelo foi adquirido em leilão

A casa de força da usina hidrelétrica foi construída a poucos metros da divisa do Espírito Santo com Minas Gerais, bem em frente a Baixo Guandu. A barragem principal fica a quatro quilômetros acima de Aimorés, de onde sai o canal de adução que desvia o rio.

Este modelo construtivo e energético foi adquirido pronto no leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), informa a assessoria de imprensa do Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés (CHA). Segundo os dirigentes do consórcio, o modelo pré-definido comprado na planta segue as exigências do Governo federal, tanto ambientais quanto econômicas.

“A usina obedece a lei. A briga sobre a divisão de impostos não é com o consórcio, e sim com a União”, detalha Adriana Maugeri, assessora de comunicação do CHA. Três municípios mineiros serão afetados pelo enchimento do lago fino em cerca de 30 quilômetros quadrados: Aimorés, Itueta e Resplendor.

Todos os imóveis da sede da Velha Itueta foram demolidos assim que os moradores saíram para a cidade planejada construída pelo

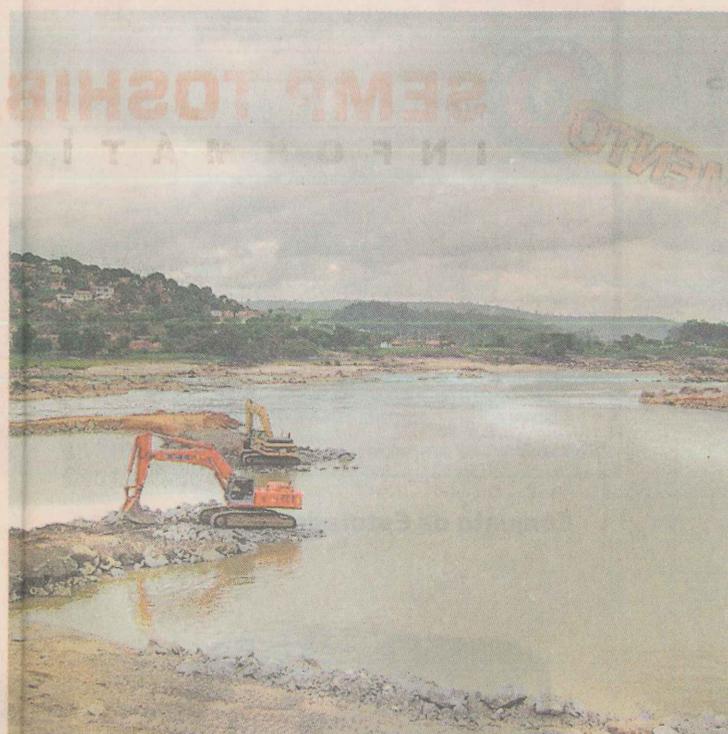
consórcio, com base no Termo de Compromisso assinado com a Associação dos Moradores de Itueta (AMI). O núcleo urbano ganhou centro cultural, prédios modernos para Prefeitura e Câmara, Estação de Tratamento de Esgoto, Unidade de Saúde e Rodoviária, entre outros benefícios.

Os moradores retomam suas vidas e os dirigentes públicos buscam fórmulas para recuperar a prosperidade perdida com o fim dos ciclos extrativistas da madeira e queda de preços do café e gado.

Árvores. O que restou da Velha Itueta ficará para sempre submersa sob o lago da hidrelétrica. A sete quilômetros dali,

nasceu a nova cidade que esta semana comemorou o início do projeto de arborização. O cinturão verde começou a ser plantado com intensa participação da comunidade. “Trata-se do início da criação da identidade urbana de Itueta”, acentuou Maugeri.

Serão plantadas 2.040 árvores de 61 espécies. Teatro, palestras, treinos de plantio, manutenção, adoção de árvores e o movimento Guardião da Natureza são tentativas de garantir a sobrevivência das mudas nas ruas e parques da cidade. O projeto, do agrônomo Renato Moraes de Jesus, lista espécies como sapucaia, vinhático, jambo roxo, cedro, unha de vaca, palmeiras e jacarandá caviúna.



EM BAIXA Em um dos trechos do Rio Doce, a lâmina d'água não passa de 80 centímetros na média. FOTO: NILO TARDIN

Risco de dano ambiental e financeiro

Ambientalista alerta para doenças causadas pelo apodrecimento da água em trechos de vazão mínima

“Foi uma artimanha”, acusa o advogado José de Barros de Neto, que denunciou, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, os danos ambiental e financeiro provocados pela hidrelétrica Para ele, Baixo Guandu, além de não ficar com “nenhuma fatia do bolo”, ainda foi obrigado a atender demandas na área de saúde, educação, moradia e transporte.

“Os problemas começaram desde o início da implantação. A usina fica muito próxima do coração da cidade. Houve aumento na procura por escolas e postos de saúde, além do tráfego pesado comprometer as vias públicas. Estudos técnicos de viabilidade indicam que a usina poderia ser feita no leito do rio, e não fora dele”, disse Neto, que presidiu a Câmara de Baixo Guandu na legislatura passada.

Já o médico e ambientalista Luiz Antônio Murad, da Associação Colatinense de Defesa Ecológica (Acode), prevê a chegada de doenças na região causadas pelo “apodrecimento da água nas crateras no trecho de vazão mínima”. “O efeito ecológico será pior do que se a hidrelétrica fosse feita no leito do rio. A lâmina d'água do Doce não passa de 80 centímetros na média. Poderá ficar mais reduzida ainda no Espírito Santo”, prevê Murad.

Prejuízo em curso

Conheça mais detalhes sobre o desvio do Rio Doce

Composição do Consórcio da Usina Hidrelétrica de Aimorés (CHA)

Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig)



No canal de adução de **12 km**, seis foram escavados e seis são do Córrego Vala Seca

O Ministério das Minas e Energia prevê um déficit de **25 mil MW** de energia no Brasil

Um “apagão” poderá ocorrer em 2009

Aimorés deverá receber cerca de **R\$ 400 mil/mês** de ICMS da UHA referente a parte da Cemig

A CVRD não decidiu se vende ou usa a cota (**51%**) no complexo industrial do ES

A UHA começou a ser construída em **31 de maio de 2001**

95% da energia produzida no Brasil são de hidrelétricas

Foram investidos **R\$ 600 milhões** para construir a UHA

Ações do CHA em Baixo Guandu

Doação de veículos, equipamentos e combustível para a Polícia Militar e Civil

Convênio com a Prefeitura para recuperação de estradas para escoamento da produção rural

Convênio com a Prefeitura para recuperação de vias públicas da área urbana. **Valor: R\$ 180 mil**

Repasse de recursos financeiros para reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para o Hospital Dr. João dos Santos Neves. **Valor: R\$ 250 mil**

Doação de recursos financeiros para a APAE

Diversos patrocínios de projetos ambientais para as escolas da rede municipal e estadual

Patrocínio de campanhas das Secretarias Executivas do município

Remediação do lixão municipal

O NÚMERO

27 metros

Esta é a altura da queda d'água que rodará as três gigantes turbinas da UHA